SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÃO AO TCU Nº , DE 2025

(Do Sr. EVAIR VIEIRA DE MELO)

Requer que sejam solicitadas informações ao Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a concessão do Parque Nacional de Jericoacoara, no Estado do Ceará, diante de possível conflito de interesses envolvendo a empresa vencedora do certame e autoridade do Ministério do Meio Ambiente.

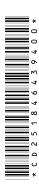
Senhor **Presidente**,

Nos termos dos arts. 70 e 71 da Constituição Federal e na forma dos arts 60 e 61 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a Vossa Excelência que seja encaminhado ao Tribunal de Contas da União pedido de informações sobre a concessão do Parque Nacional de Jericoacoara, no Estado do Ceará, diante de possível conflito de interesses envolvendo a empresa vencedora do certame e autoridade do Ministério do Meio Ambiente.

Com o intuito de prestar esclarecimentos a esta Honrosa Casa, solicita-se as seguintes informações sobre:

• A existência de possível conflito de interesses ou quebra dos princípios da moralidade e impessoalidade administrativa, conforme os arts. 37 e 173, § 1°, II, da Constituição Federal;









- A regularidade e economicidade do leilão, com especial atenção à diferença entre os valores ofertados;
- A atuação do ICMBio, do BNDES e da Secretaria do PPI na estruturação e execução da concessão;
- A verificação de eventual favorecimento à empresa Construcap, direta ou indiretamente, por vínculos com membro da alta cúpula do Ministério do Meio Ambiente;
- A adequação do procedimento à Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), à Lei nº 8.666/1993 (à época da modelagem) e à Lei nº 12.813/2013 (Conflito de Interesses).

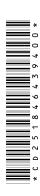
JUSTIFICAÇÃO

O presente requerimento tem por objetivo apurar, por meio do Tribunal de Contas da União, possíveis irregularidades e conflitos de interesse na concessão do Parque Nacional de Jericoacoara, no Estado do Ceará, cuja gestão foi entregue ao Consórcio Dunas — formado pelas empresas Cataratas e Construcap — após leilão realizado em janeiro de 2024.

Conforme noticiado¹, causa perplexidade o fato de que o presidente da Construcap, vencedora do certame, é Roberto Capobianco, irmão de João Paulo Capobianco, atual Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente — autoridade considerada o "número 2" da pasta. Trata-se de um agente público com profunda

¹ https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2025/05/empresa-de-irmao-do-no-2-de-marina-silva-venceu-leilao-para-gerir-parque-de-jericoacoara.shtml







influência nas decisões da área ambiental e com passagem anterior pela presidência do próprio ICMBio, órgão responsável pela assinatura do contrato.

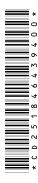
Ainda que não se afirme, a priori, qualquer ilegalidade formal, há indicativos graves de possível quebra dos princípios da impessoalidade, moralidade e isonomia, que regem a Administração Pública conforme o caput do art. 37 da Constituição Federal. O vínculo de parentesco direto entre o dirigente da empresa vencedora e o principal assessor da Ministra Marina Silva não pode ser ignorado, sobretudo quando se verifica que ambos também são sócios em outra empresa privada, e que o Ministério tem poder de influência sobre a política de concessões ambientais, inclusive na definição de prioridades e na articulação institucional com o ICMBio, o BNDES e o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI).

Ademais, o valor ofertado pelo consórcio vencedor (R\$ 61 milhões) foi mais que o dobro do segundo colocado (R\$ 25 milhões), o que exige escrutínio especial sobre a composição dessa proposta e os critérios de julgamento adotados. Uma proposta excessivamente elevada, em tese, pode indicar desequilíbrio contratual futuro ou distorções artificiais para assegurar a vitória no leilão.

Diante do histórico de contratos públicos da Construcap e de sua recente ampliação na área de gestão de parques, é imprescindível que o TCU examine com rigor a legalidade do procedimento, inclusive sob a ótica da Lei nº 12.813/2013 (que trata do conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego no Poder Executivo Federal), da nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021) e da legislação aplicável às concessões públicas.

A transparência, a integridade e a confiança da sociedade nos processos licitatórios dependem da atuação vigilante





CÂMARA DOS DEPUTADOS

dos órgãos de controle. Por isso, solicita-se o engajamento do TCU na apuração deste caso.

Sala da Comissão, em

de

de 2025.

Deputado EVAIR VIEIRA DE MELO

